



RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA EM NARRATIVAS DE PROFESSORAS

GENDER AND SEXUALITY RELATIONS IN SCHOOL: A DISCURSIVE ANALYSIS IN NARRATIVES OF TEACHERS

RELACIONES DE GÉNERO Y SEXUALIDAD EN LA ESCUELA: UN ANÁLISIS DISCURSIVO EN NARRATIVAS DE PROFESORES

Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes¹

Eliemary Aparecida Cordeiro de Freitas²

Ady Canário de Souza Estevão³

Stenio de Brito Fernandes⁴

RESUMO

Considerando que gênero e sexualidade operam relações de poder e modos de produção de identidades sociais, este artigo objetiva analisar o discurso de professoras sobre as relações de gênero e sexualidade a partir de gestos de leitura discursiva, no âmbito da formação docente, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, de escolas da rede pública estadual da cidade de Mossoró/RN. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada na Análise do Discurso (AD) francesa, a partir da orientação teórica e metodológica baseada nos estudos sobre discurso, gênero, sexualidade e educação. As narrativas das professoras apontaram que há um trabalho no tocante às discussões de gênero e sexualidade na escola, porém constatam-se lacunas nos seus processos formativos. Mediante a interpretação dos dados, conclui-se que as questões de gênero e sexualidade tornam-se desafiantes, no sentido de um currículo que perpassa relações de poder em práticas discursivas educacionais para o exercício da diferença na formação continuada das professoras.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores. Gênero e sexualidade. Anos iniciais.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional - PPGEF do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN.

² Especialista em Educação e contemporaneidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. IFRN, campus Mossoró/RN. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, campus Mossoró/RN.

³ Doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

⁴ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar en el discurso de los profesores sobre las relaciones de género y sexualidad desde los gestos de lectura discursiva, en el ámbito de la formación docente en los primeros años de la escuela primaria en las escuelas públicas de una ciudad de Brasil. Considerando que género y sexualidad operan relaciones de poder y formas de producir identidades sociales. Es una investigación cualitativa. Se basa en el Análisis del Discurso francés (AD), desde la orientación teórica y metodológica de los estudios sobre discurso, género, sexualidad y educación. Las narrativas de los docentes señalan que hay trabajo sobre discusiones de género y sexualidad en la escuela, pero hay vacíos en el proceso de formación de los docentes. Las cuestiones de género y sexualidad se consideran desafiantes, en el sentido de un currículo que permea las relaciones de poder en las prácticas discursivas educativas para el ejercicio de la diferencia en la formación continua de los profesores.

PALABRAS-CLAVE: Formación docente. Género y sexualidade. Inclusión. Primeros años.

ABSTRACT

Considering that gender and sexuality operate power relations and modes of production of social identities, this article aims to analyze the discourse of teachers about gender and sexuality relations through gestures of discursive reading, within the scope of teacher formation, in the early years of the Elementary School, from public schools in the city of Mossoró / RN. For this, a qualitative research was carried out, based on the French Discourse Analysis (AD), based on theoretical and methodological guidance based on studies on discourse, gender, sexuality and formation. The teachers' narratives pointed out that there is work regarding gender and sexuality discussions at school, but there are gaps in their formative processes. Through the interpretation of the data, it is concluded that the issues of gender and sexuality become challenging, in the sense of a curriculum that permeates power relations in educational discursive practices for the exercise of the difference in the continuing formation of teachers.

KEYWORDS: Teacher formation. Gender and sexuality. Early years.

* * *

As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação.

Guacira Lopes Louro

Introdução

Considerando que gênero e sexualidade operam relações de poder e modos de produção de identidades sociais, este artigo² objetiva analisar o discurso de professoras sobre as relações de gênero e sexualidade a partir de gestos de leitura discursiva, no

² Este estudo é resultado do trabalho do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação e Contemporaneidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte - IFRN. *Campus* Central - Mossoró/RN.

âmbito da formação docente, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, de escolas da rede pública estadual da cidade de Mossoró/RN.

Para tanto, utilizamos o referencial teórico-analítico a partir da Análise do Discurso (AD) francesa, campo de pesquisa originado na França nos anos 1960, em Pêcheux (2002), Foucault (1984, 1988, 2004, 2005), a respeito de discurso, efeitos de sentido, memória discursiva, interdiscurso, enunciado discursivo, história da sexualidade, em diálogo com Louro (2007, 2013), Britzman (1996), Butler (1999), Carvalho (2008), Fonseca (2018), entre outros/as que discutem as categorias como gênero, sexualidade e educação.

Metodologicamente, a pesquisa possui caráter descritivo e interpretativo, de abordagem qualitativa, que segundo Bodgan e Biklen (1994), os fatos a serem investigados se dão a partir de toda a sua complexidade. Selecionamos como técnicas de pesquisa, a entrevista narrativa conforme Pádua (2016), além da pesquisa bibliográfica e documental, com base em Gil (2002). Dessa forma, fizemos uso de alguns enunciados discursivos de artigos e leis, como a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN (1996), bem como o Programa Geral do Componente Curricular (PGCC) de algumas disciplinas obrigatórias e/ou optativas, e do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia de uma Universidade. Tais documentos não foram objeto de análises da pesquisa, mas usados, descritivamente, como forma de dialogar com os resultados e discussões.

O *corpus* discursivo é composto por um conjunto de enunciados discursivos recortados de entrevistas, por nós concebidas como práticas discursivas, com cinco egressas do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), observando as materialidades no âmbito da matriz curricular da formação para os anos iniciais do Ensino Fundamental, cuja análise faz-se à luz do gesto de interpretação no plano do simbólico e nos vestígios do possível (ORLANDI, 2004).

Para tal, apresentamos a discussão sobre a formação docente de pedagogos/as, acompanhada da reflexão sobre a matriz curricular do curso de Pedagogia da UERN em confronto com autores/as, leis que garantem a dignidade e liberdade do ser humano. Em seguida, realizamos a análise do objeto de estudo procurando, na materialidade linguístico-discursiva das entrevistas narrativas, os efeitos de sentido no discurso de egressas do curso de Pedagogia (UERN), hoje professoras atuantes em sala de aula, buscando os modos distintos de enunciação da posição sujeito professora sobre gênero e sexualidade na escola.

Gênero e sexualidade na formação docente: repensando o currículo

Tratamos de uma breve reflexão sobre o discurso do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)³ de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Abordamos o discurso, na percepção foucaultiana, compreendendo-o “[...] como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” [...], conforme Foucault (2005, p. 55). Destacamos essa necessidade estabelecendo, por conseguinte, relações com as questões de gênero e sexualidade. Assim, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) diz que a educação tem um projeto de homem e de sociedade como um ideal a ser concretizado, por isso faz-se necessário uma formação humanitária no curso de Pedagogia mobilizando os (as) estudantes, “[...] fazendo-os desenvolver uma atitude positiva diante de seu compromisso social” (UERN, 2012, p. 36).

Ainda no PPC, as disciplinas que integram a matriz curricular do curso “[...] foram escolhidas para proporcionar ao futuro/a pedagogo/a uma ampla formação humanística [...], visando subsidiar a reflexão dos estudantes sobre a educação e a sociedade em diferentes espaços e tempos, mas, em especial, no contexto brasileiro contemporâneo” (UERN, 2012, p. 39).

Nesse sentido, compreendemos que o currículo do curso de Pedagogia tem papel fundamental e, igualmente, importante para o desenvolvimento da formação humana capaz de atuar positivamente na sociedade, no entanto, apenas uma disciplina trata sobre a diversidade - *Educação para a Diversidade* - possui caráter obrigatório. Por outro lado, componentes como: *Relação de Gênero e Sexualidade na Educação*, *Ética*, *Educação em Direitos Humanos*, entre outros, são optativos, ao/á graduando/a. A ementa da disciplina *Educação para a Diversidade* pontua os seguintes elementos: Política Nacional de Atenção Educacional às Pessoas com Necessidades Especiais (AEE), minorias e demais casos de negação de direitos na sociedade. A formação de professores numa perspectiva de atendimento à diversidade. Prática Pedagógica e acesso ao conhecimento numa perspectiva do princípio de Educação para Todos/as.

O Programa Geral do Componente Curricular (PGCC), desse componente curricular, apresenta pouca articulação com esse tema no curso de Pedagogia, tendo em vista ser apenas nessa disciplina que se explora a diversidade de gênero e de maneira

³ Em maio de 2019, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) foi atualizado, no entanto, esta pesquisa apresenta dados com base no documento de 2012, que era o que estava disponível no momento da escrita desse trabalho.

rápida. Na verdade, o tema é abordado apenas como uma unidade temática. Por outro lado, notamos discussões mais aprofundadas sobre sexualidade, diversidade de gênero e respeito às diferenças, principalmente na disciplina Relações de Gênero e Sexualidade na Educação, que traz uma discussão mais ampla e aprofundada no tocante às pessoas LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)⁴. Esse componente, com caráter eletivo aborda, Relações de Gênero e Sexualidade na Educação aborda: as concepções de sexualidade, de gênero e a formação humana. As propostas governamentais para a educação sexual. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Tema Transversal Orientação Sexual. Propostas pedagógicas para uma educação não sexista. Sexualidade e relações de gênero no cotidiano escolar: discursos, práticas e formação do educador.

Já a disciplina *Educação em Direitos Humanos* expõe, a partir de sua ementa, o ensino de uma educação embasada no respeito ao ser humano, assim como as disciplinas de *Ética e Diferenças Socioculturais* e *Educação e Multiculturalidade*, que para além do respeito às diferenças, apontam uma educação voltada à inclusão de todas as pessoas no processo educacional. Quanto à disciplina, optativa, intitulada: *Ética e Diferenças Socioculturais*, explicita: a ética e sua relação com as questões da educação nos espaços escolares e não escolares. A disciplina optativa *Educação e Multiculturalidade* aborda Educação e diversidade cultural; Educação e os movimentos sociais; A educação e a paridade dos direitos sem discriminação de etnia, religião, opção sexual; Educação para o diálogo entre os diferentes.

Nesse contexto, situamos sobre os dispositivos de gênero e sexualidade. No sentido foucaultiano, o termo dispositivo quer dizer “os operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder” (REVEL, 2005, p. 39). Nessa problematização, nos interessa pensar esses dispositivos e como operam nos discursos que atravessam as posições-sujeito professora. Inicialmente, a noção de gênero é concebida como uma construção social, a partir dos discursos feministas, perpassando práticas de linguagem e construção da identidade de gênero. Também como uma noção, para além de nomear o masculino e o feminino. Pois gênero

⁴ “LGBTT é a sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. A obra *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial* (SILVA et al, 2014) fornece uma compilação de textos em que se analisam ambientes LGBT em diferentes cidades do Brasil” (ApudAZEVEDO, 2016, p. 69).

abrange construções que incidem sobre o corpo, as relações de poder e o contexto das desigualdades sociais (CARVALHO, 2008; AZEVEDO, 2016).

Nesse sentido, consideramos importante a intersecção entre gênero e sexualidade como modos de resistência na sociedade na qual construímos as identidades sociais. Assim, situamos as narrativas enquanto discursos, o que envolve refletir as identidades de gênero e sexualidade, dentre outras. Sobre a concepção de sexualidade, nos valem de Foucault (1988, p.116-17), como sendo:

[...] o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

Isso implica dizer que, a sexualidade é uma construção social na qual todos os fatores de uma época contribuem para a sua edificação. Por sua vez, Robert Connell (*apud* Louro (2013, p. 18), diz: “no gênero, a prática social se dirige aos corpos” ou seja, ao modo como compreendemos e reproduzimos nossos corpos a partir das características sexuais contidas nele. Já para Butler (1999, p. 153), a categoria de sexualidade é uma prática que regula e disciplina os corpos por meio de práticas discursivas que tem o poder de “produzir-demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla”.

Vale frisar que, muitas vezes, as ações discriminatórias acontecem por desconhecimento teórico sobre gênero e sexualidade. Portanto, conhecer e compreender esses conceitos torna-se imprescindível, no percurso formativo dos/as profissionais da pedagogia. Com base no exposto, constatamos que todas as disciplinas tratam, com o olhar inclusivo, as questões de gênero e sexualidade, primando pela perspectiva da igualdade de direitos na prática em sala de aula. Essa preocupação é relevante, pois a escola deve corresponder a um espaço de acolhimento educacional, cultural e institucional e pelo trato da diversidade com igualdade de oportunidades. Não é interessante, portanto, que tais disciplinas sejam ofertadas em caráter opcional, e sim como requisito obrigatório na matriz curricular do curso em análise. Entretanto, sabemos que não há espaço no currículo, pelo viés tradicional, para oferecer todos os conhecimentos necessários à formação do/a pedagogo/a, por isso mesmo se faz necessária à formação continuada do professor para descolonização do currículo.

No sentido, da formação e de repensar esse currículo, torna-se pertinente dialogar com os estudos culturais acerca do currículo como uma prática discursiva de produção de sentidos, ademais de normas e leis, no viés das teorias do currículo em Silva (2005), como visto para além das teorias tradicionais e dentro de uma pedagogia da cultura.

Observa-se, que o PPC do curso de Pedagogia da UERN busca respeitar a Constituição Federal de 1988 (CF 88), numa relação interdiscursiva com o enunciado jurídico do Artigo 1º, inciso III, do texto constitucional, que trata da “[...] dignidade da pessoa humana”, e também com o enunciado jurídico do Artigo 3º, inciso IV: “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e *quaisquer outras formas de discriminação*” (UERN, 2012, grifo nosso).

Portanto, o enunciado jurídico do Artigo 5º afirma: todos são iguais perante a lei, sem nenhuma distinção, garantindo o direito, além de outros, à liberdade. O mesmo documento, em seu inciso II, traz a declaração de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, a não ser em virtude da lei. Já o inciso X diz: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material, ou moral decorrente de sua violação” (BRASIL, 1988). Diante desses enunciados jurídicos dos três artigos, é evidente que nenhuma discriminação é permitida em nosso país, sobretudo nas escolas, cabendo ao/à professor/a ter cautela e um olhar crítico sobre sua prática em sala de aula.

Louro (2013) diz: o modelo de escola que nos foi apresentado no Brasil é de natureza separatista, divide desde ricos e pobres, católicos/as e protestantes, meninos e meninas. Carrega-se esse paradigma e essa prática exercida em sala de aula, muitas vezes, de forma automática, separando as crianças até mesmo na fila organizada para receber a merenda, ou em atividades de Educação Física, nas quais meninas, são consideradas inaptas para esportes como futebol e os meninos, não podem participar das atividades das meninas.

O maior problema, dessas divisões, é que elas estigmatizam e alimentam padrões comportamentais de modelos heteronormativos sociais, em que os garotos devem ser fortes e corajosos, enquanto as garotas precisam ser dóceis e frágeis (AZEVEDO, 2016). Em contrapartida, deixam de levar em consideração que existem pessoas fortes e frágeis de todos os sexos. Desde cedo, as meninas e meninos são educados/as a padrões de comportamentos, em que elas brinquem de bonecas e eles de carrinhos, como afirma Facioli *apud* Fonseca (2018).

Muitas vezes, tais comportamentos geram violências contra as mulheres e atitudes homofóbicas assentadas em construções sociais hegemônicas do masculino e do feminino. Tal atitude transforma esses/as alunos/as em alvo de piadas e deboches, por parte também dos/as funcionários/as da escola e demais discentes, gerando constrangimento e tristeza. A respeito dessa situação, Fonseca (2018, p. 32) relata o seguinte: “Lembro que nenhum (a) professor (a) falava sobre homossexualidade. Os únicos discursos de sexualidade era os heterossexuais como normatizadores”.

Situações como essas parecem ser comuns nas escolas, muitas vezes movidas por um discurso religioso advindo de determinada formação discursiva neopentecostal acerca da “cura gay”, indo de encontro ao discurso de inclusão de pessoas LGBTTT. Além dessas questões, também são comuns outros entendimentos, conforme Britzman (1996, p. 79-80), o mito de que “a mera menção da homossexualidade vá encorajar práticas homossexuais e vá fazer com que os/as jovens se juntem às comunidades gays e lésbicas” [...].

É preciso saber que essas atitudes, por parte de determinados indivíduos, ferem a igualdade de direitos, pois produzem discursos normativos quanto aos modos de ser e agir, retirando da criança certas prerrogativas de liberdade e dignidade humana, já que ela passa a ser vista como aquela que não deve fazer parte do meio social, pois foge aos padrões heteronormativos.

Para que as crianças tenham seus direitos resguardados é preciso, então, que o/a professor/a reconheça que costumes e crenças não devem ser impostos em sala de aula, mas mostre as diversidades existentes no ambiente escolar, sejam elas étnicas-raciais, de crenças, religiosidade, classes sociais, de gênero ou de sexualidade. A partir desse reconhecimento, trabalhar o respeito às diferenças, conforme Louro (2013, p. 63): “Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar”.

Dito de outro modo, precisamos estar atentos às situações do espaço escolar e também preparados/as para discutir sobre essa diversidade, sem interferir na individualidade, respeitando o espaço e os direitos, colocando nossa prática à disposição de uma educação escolar para a diversidade sexual. Por conseguinte, o ensino para uma cultura do respeito e para a promoção da igualdade deve ser presente na prática do/a profissional da educação. Para isso, é necessária uma formação continuada na reeducação das pessoas e novos olhares. Destarte, ao considerar a prática do/a

profissional como ensinamento para os/as discentes na sala de aula, faz-se necessário analisar o discurso das professoras diante das situações que envolvem as questões de gênero e sexualidade.

Efeitos de sentido no discurso de professoras acerca de gênero e sexualidade: gestos de interpretação

Considerando que os discursos dos sujeitos professores/as emergem na e pela linguagem, produzindo efeitos de sentido em seus discursos, o *corpus* da análise é constituído por enunciados discursivos. Tais materialidades foram recortadas de entrevistas narrativas realizadas com cinco professoras de escolas da rede pública estadual dos anos iniciais do Ensino Fundamental e egressas do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Entendemos com Foucault (2005, p. 31) que “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”.

As professoras entrevistadas foram identificadas como P1, P2, P3, P4 e P5⁵ e possuem de 23 a 55 anos. Quanto à formação, a diferença no tempo de conclusão do curso de Pedagogia varia de 2000 a 2017. Quanto ao tempo de experiência no magistério e de atuação nas respectivas escolas, varia de 02 a 20 anos. Das cinco docentes, apenas duas possuem especialização.

Tal como Pádua (2016, p. 74), consideramos que “as entrevistas constituem uma técnica alternativa para coletar dados não documentados sobre um determinado tema”. Nesse sentido, as entrevistas da pesquisa, concebidas como práticas discursivas foram direcionadas a cinco professoras as quais estão atuando em salas de aula, do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental I, em quatro escolas da rede pública estadual de uma cidade do Brasil.

Na análise, descrevemos em unidades de questões geradoras relacionadas à temática de gênero e sexualidade, trazendo sete enunciados discursivos numerados a partir de gestos de leitura e agrupados em trajetos temáticos, em enunciados que tematizam e nos ajudam a compreender o discurso das professoras (GUILLAUMOU, J.; MALDIDIER, 1997), tais como: formação, gênero e sexualidade, trabalho na escola, abordagem do tema, abertura do espaço escolar e enfrentamento no cotidiano.

Efeitos do silenciamento sobre gênero e sexualidade em sala de aula

⁵ As entrevistadas foram identificadas por P1, P2, P3, P4 e P5, para garantir sua privacidade e a fidelidade e a ética exigida pela pesquisa.

Em *História da Sexualidade I* o filósofo Michel Foucault formula acerca da opressão e das interdições no tocante a três formas de censurar: “afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista” (FOUCAULT, 1988, p. 94), desse modo nos fazendo refletir sobre saberes do discurso religioso, clínico e político na questão da sexualidade, no sentido de tentarem encaixar normas e silenciar certas práticas culturais e sociais. Todas as docentes evidenciaram as relações entre família e a religião como as principais dificuldades, além da ausência, ou pouco conhecimento teórico, permitindo, dessa forma, o avanço do preconceito, como relata a professora (P5):

Enunciado discursivo 1:

Falta de formação seria uma das grandes dificuldades de nós, professores, lidarmos com isso na sala de aula. Consequentemente, isso dá vazão ao preconceito que muitas vezes está presente no cotidiano até de modo velado e/ou sem a consciência do professor. Porque se eu não tenho conhecimento sobre aquilo, logo, não reflito, não me incomodo e naturalizo questões importantes sobre esse tema (P5).

Considerando os efeitos de sentido, memória discursiva, interdiscurso como partindo do social e daquilo que é exterior ao linguístico, em Pêcheux (2002), e inscritos no interior da formação discursiva pedagógica, o discurso da professora (P5) é atravessado por diferentes discursividades, tais como: da ausência de outras disciplinas que abordassem o tema para obter um aprofundamento. Isso inviabiliza uma prática adequada por parte dos/as pedagogos/as em formação, grupo este composto majoritariamente por mulheres, cuja presença de homens ainda causa estranhamento em gestores/as, escolas e comunidade, no processo da feminização da docência, sobretudo na educação infantil (JAEGER, JACQUES, 2017).

Dessa forma, interpretamos que, na ausência do conhecimento teórico científico sobre gênero e sexualidade, as docentes acabam buscando os saberes em outros espaços discursivos, como no discurso religioso. Isso ocorre por que se trata de posicionamentos que, supostamente, “não podem” ser questionados, levando em consideração a sua divindade, haja vista que, de acordo com o discurso religioso do Catecismo da Igreja Católica, representando a crença seguida por enunciadores/as que estão presentes na escola, por exemplo, em seu Artigo 2º, quando dispõe sobre os dogmas da fé, diz que cabe ao povo cristão uma adesão irrevogável, sem questionamentos (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1993).

Essas práticas podem ocorrer devido a lacunas existentes na formação de professores/as no espaço escolar, no campo pessoal e profissional. Assim, gerando algumas dificuldades de trabalhar questões de gênero e sexualidade com os/as alunos/as. Ao terem dificuldades, acabam naturalizando preconceitos inerentes à LGBTfobia. Isso produz efeito de sentidos em determinadas condições de produção desses discursos na sala de aula, tendo como base que a linguagem “é um sistema de relações de sentido, onde, a princípio, todos os sentidos são possíveis, ao mesmo tempo em que sua materialidade impede que o sentido seja qualquer um” (ORLANDI, 2004, p. 20). São esses discursos que definem regimes de saberes e poderes, de um já dito e outros sentidos, entre aquelas que são “boas filhas” de Deus, pois praticam as doutrinas impostas por determinada religião e não fogem aos padrões, e aquelas que não são “boas filhas”, pois seu comportamento fica fora do padrão estabelecido. No entanto, as docentes acabam naturalizando o discurso religioso em orientações da igreja da crença na existência acerca da salvação das almas como forma de controle que “[...] têm como foco o corpo e a sexualidade, o controle dos desejos e dos prazeres da carne” (SILVA, PARREIRA, LISSI, 2017, p. 88).

Conceito de gênero e sexualidade

O conceito de sexualidade que pertence a nossa história nasceu como a justa medida de separação entre normalidade e anormalidade (FOUCAULT, 1984). Tratam gênero como aquilo que define o ser menino e menina. Em relação ao quesito sexualidade, as entrevistadas foram consensuais em afirmar a relação do termo com o ato sexual, ou com os estudos sobre doenças sexualmente transmissíveis. Uma das professoras (P5) enunciou:

Enunciado discursivo 2:

Não sei discutir com base teórica sobre esse conceito. Penso que gênero e sexualidade estão além do “feminino” e “masculino”. Seriam possibilidades outras. Tem a ver com a diversidade. Tem a ver também como não se prender aos padrões instituídos socialmente, se estes padrões não têm sentido para mim. Tem a ver com coragem, construção e reconstrução da identidade (P5).

Embora a professora (P5) tenha sido muito específica em sua posição sujeito, interpreta-se que não estava embasada em nenhuma teoria. Nota-se que ela teve mais aproximação com o que dizem os teóricos sobre gênero e sexualidade, como construções sociais, levando em consideração as necessidades de uma época, os

costumes e as questões de poder a que estão submetidas, destarte, como vimos na primeira seção deste trabalho.

Nessa linha de trajeto temático, bem como nas práticas cotidianas em sala de aula, torna-se evidente a posição sujeito professora de não se sentir preparada para trabalhar essas questões. Além disso, enunciam diversas questões, desde “conflitos”, entre a família e a escola, que a temática pode trazer à falta de suporte teórico, bem como a situação política atual, dado o avanço do conservadorismo, permeado por relações de poder, nesse segmento. Portanto, o discurso patriarcal da família tradicional adentra a escola com o discurso misógino e homofóbico. Nesse contexto, a conjuntura atual avança com o chamado “Movimento Escola sem Partido”, como a denominada “ideologia de gênero”, calcado no fundamentalismo religioso que tenta silenciar e impedir essa discussão de gênero e sexualidade na escola. Como aponta Foucault (2004, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas, ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. No sentido foucaultiano, esse poder traz de um lado o legislador e de outro o sujeito que obedece ao outro (FOUCAULT, 1988).

Trabalho com os comportamentos heteronormativos na sala de aula

As professoras foram interpeladas sobre quais condutas, geralmente, tomam ao se depararem com crianças tidas como não correspondentes aos padrões ditados pela sociedade. E os discursos foram diversos, pois algumas docentes disseram não permitir que meninos brinquem com “atividades de meninas” ou vice versa. No discurso das professoras, isso poderá acarretar problemas na relação família e escola. A professora (P1) relatou:

Enunciado discursivo 3:

Eu acho complicado dizer que o menino pode brincar de boneca, por exemplo, e amanhã o pai bater na minha porta para brigar dizendo que estou incentivando o filho dele a ser “viado” (grifo nosso), ser gay, né? Como eu sei que isso dá briga, eu não deixo não.

Essa enunciação do discurso da professora (P1) nos remete a Louro (2007, p. 204), quando afirma: “As formas de viver a sexualidade, de experimentar prazeres e desejos, mais do que problemas ou questões de indivíduos, precisam ser compreendidas como problemas ou questões da sociedade e da cultura”. Essa reflexão mostra que a

nossa sociedade, por questões sociais e culturais, impõe padrões assentados no discurso da diferença biológica entre os sexos, como sendo o universal padrão e centrado em estereótipos, por exemplo, legitimando comportamentos e desvalorizando outras identidades possíveis. Na nossa sociedade, essa parece ser uma atitude comum, corriqueira, talvez mesmo “compreensível” (LOURO, 2007). Sobre o assunto, em questão, as professoras (P3) e (P5) mostram preocupação com o sentimento das crianças envolvidas e como estão trabalhando para eliminação do preconceito. Vejamos os discursos das professoras:

Enunciado discursivo 4:

Não é uma tarefa fácil tentar fazer as outras crianças entenderem que o gosto do coleguinha não corresponde com o que “visualmente” se espera: menino gostando de coisa de menino e menina das coisas das meninas. A conversa é a forma comumente adotada para destruir a carga que algumas palavras produzem, por comentários tecidos pelos colegas. Mas, nossa melhor “arma” são nossas atitudes em mostrar o quanto nos importamos com essas crianças, que elas são importantes como as outras também são. Que seus gostos podem influenciar em sua personalidade, mas não pode definir quem você é (P3).

Nos enunciados discursivos da professora (P3), notamos efeitos de sentido que parecem mostrar a existência das desigualdades de gênero e sexualidade dentro de uma escola e que podem fugir aos sentidos da Lei, sobretudo no que diz respeito a cercear as práticas de liberdade e de subjetividade. Obviamente, para além da legislação, o enunciado discursivos da professora (P3) promove efeitos de sentido do olhar para as práticas cotidianas vividas e da produção de um currículo, para além de atender as leis. Um currículo que aponte para as supostas lacunas e práticas excludentes na sala de aula. Consideramos que a escola deve ser um espaço de acolhimento e de respeito às diferenças Assim, atitudes que excluam e discriminem uma criança, apenas por ser “diferente”, seja por quaisquer motivos, devem ser veementemente combatidas, como vemos abaixo:

Enunciado discursivo 5:

Atuo há dois anos na rede pública e só tive um aluno que apresentava características que saiam dos padrões ditos “normais”. Nunca cheguei a trabalhar formalmente sobre isso com as crianças da turma, mas, sempre deixei ele muito à vontade para estar com as meninas que era com quem ele se sentia confortável. Ele gostava de dançar com elas, de maquiá-las e de “fofocar”. Era uma criança alegre e carinhosa. Achei importante não coagi-lo a fugir do que ele queria porque na minha opinião seria desumano com essa criança que ainda está em formação e precisava de autonomia para construir sua identidade ((P5).

Ao fazermos o contraponto entre as teorias estudadas e as assertivas da professora (P5), constatamos diversas dificuldades no debate das questões sobre gênero e sexualidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Inferimos também que, por inúmeros motivos – tais como: tripla jornada de trabalho, excesso de atribuições e atividades extras quando ingressam em um programa de estudos, dentre outros –, as pedagogas acabam resignando-se apenas à formação inicial, deixando de buscar a formação continuada tão essencial.

Preconceito e discriminação de gênero no ambiente escolar

Sobre possíveis situações de preconceito, discriminação no ambiente escolar, as docentes entrevistadas afirmaram que os/as alunos/as sobre o preconceito e que veem muito. Para a professora (P1):

Enunciado discursivo 6:

Já sim. Apesar de eu achar errado, mas, se uma criança já vem de casa com um jeito de gay, né? Eu não vou dizer nada. Se o pai e a mãe estão vendo e não dizem [...]. Mas já vi muito. O povo manda andar direito, falar direito, não andar com meninas ou meninos [...]. Eu tenho pena, mas é porque ninguém está acostumado com isso, esses costumes são novidades.

Em face dos dados da pesquisa, nota-se uma realidade preocupante, no discurso da professora (P1), vivenciada pelas crianças que, muitas vezes, estão sendo circunscritas a determinados papéis de gênero devido à falta de conhecimento e debates sobre a diversidade sexual e de gênero no próprio ambiente escolar. Por consequência, tornam-se alvo de chacota e de piadinhas que, na verdade, são formas de discriminações e violências homofobias em discursos e práticas reguladoras da construção social de gênero e identidade sexual.

Essa realidade discriminatória apresentada nas formas do silêncio escolar é quase imperceptível, pois as ações que a representam são feitas por dentro dos muros das escolas, longe dos olhares das pessoas. Porém, suas consequências refletem por toda a vida, considerando que podem ser o início ou o reforço do preconceito em relação às pessoas LGBTQIA+ e ainda acarretar problemas no desenvolvimento das crianças vulneráveis às agressões e discriminações. Tais discursos agenciam enunciações heteronormativas na intersecção de gênero e sexualidade nas práticas sociais e culturais. Como diz a professora (P5):

Enunciado discursivo 7:

Sim. Geralmente as crianças e adolescentes que fogem dos padrões não causam transtornos como aqueles que são indisciplinados. No entanto, essas crianças elas são vistas como as “divertidas” pelo seu modo de andar, falar e seu jeito. Tem sempre uma piada, uma observação de um professor ou professora que denuncia o nosso despreparo enquanto docentes em lidar com o “diferente”. Se eu não tenho conhecimento, não discuto os dilemas que estão envolvidos nesse processo de formação da identidade dessas crianças; não me interessa em buscar perceber a relação da família nisso tudo.

Examinando os discursos e posições sujeitos das professoras, que se constituem e são constituídas em formações discursivas pedagógicas, remetemo-nos, novamente pelo viés da memória discursiva, à Carta Magna que todos são iguais perante a lei como preceitua a Constituição Federal, que é o conjunto de leis máximas obrigatórias a serem seguidas por todos os cidadãos do nosso país e traz em seu texto, a garantia do direito à liberdade. Portanto, conforme Orlandi (2005, p. 68): “A interpretação se faz, assim, entre a memória institucional (arquivo) e os efeitos da memória (interdiscurso)”.

Efeitos de sentido emergem no discurso das professoras de que as leis são desconhecidas, bem como os danos psicológicos e que tais atitudes podem acarretar no desenvolvimento das crianças no ambiente escolar, sejam elas as vítimas do preconceito, ou as que estão aprendendo a tratar de tal forma o que é considerado diferente. À luz desses resultados, importa analisar diariamente nossas práticas para que não escoem no comodismo do “mais fácil”. Não devemos, portanto, silenciar ao debate das temáticas de gênero e sexualidade, pelo contrário, é necessário reconhecê-las como imprescindíveis para rompermos o preconceito, tornar a escola um ambiente de respeito e acolhimento para todos.

Nesse sentido, os discursos analisados trazem à memória discursiva, pelo interdiscurso, do *Plano Nacional da Educação* – Lei nº 13.005/2014, aprovado em 26 de Junho de 2014, em seu enunciado discursivo: “Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”, bem como, “Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade” (BRASIL, 2014). Contudo, os resultados da análise discursiva nos situam nos desafios da formação docente em seus lugares sociais, de produção e de interpelações ideológicas das experiências, saberes, fazeres na escola e comunidade.

Algumas considerações

A temática de gênero e sexualidade precisa ser mais trabalhada nas instituições escolares e não escolares, com ações educativas. Mas vale ressaltar que, todas as nossas conquistas e avanços na educação se dão por um processo contínuo e permanente na busca de uma educação justa e inclusiva para todos/as.

As narrativas das professoras apontaram que há um trabalho no tocante às discussões de gênero e sexualidade na escola, porém constatam-se lacunas nos seus processos formativos. Mediante a interpretação dos dados, conclui-se que as questões de gênero e sexualidade tornam-se desafiantes, no sentido de um currículo que perpassa relações de poder em práticas discursivas educacionais para o exercício da diferença na formação continuada das professoras.

Por fim, é importante frisar que as discussões sobre gênero e sexualidade não devem restringir-se apenas à formação inicial. Consideramos que essa pesquisa tem relevância social e científica, pois defende que a escola deve possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico a partir da compreensão sobre as diferenças no âmbito escolar, familiar e social, no sentido de desmitificar determinadas práticas e desigualdades delas decorrentes, tais como: o preconceito de gênero e sexualidade, entre outras, ainda prevalentes nesse espaço e na sociedade.

Referências

AZEVEDO, Marcos Paulo. **O avesso que sou eu: a constituição ética da subjetividade crossdresser**. 2016. 135f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Letras, Pau dos Ferros/RN, 2016.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal, Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 10 dez. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/>. Acesso em: 15 dez. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação**. Lei nº 13.005, de 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 10 mai. de 2019.

BRITZMAN, Deborah P. **O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo.** *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.21, n.1, p. 71-96, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/>. Acesso em: 27 dez. 2018.

BUTLER, Judith. “**Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’**”. In: LOURO, Guacira, L. (Org). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

CARVALHO, Marília Pinto. **Gênero na sala de aula: a questão do desempenho escolar.** In: MOREIRA, Flávio Antonio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 90-124.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 3. ed. Petrópolis: Vozes: São Paulo: Paulinas 1993.

FONSECA, Robson Rodrigo Pereira da. **O viadinho da escola.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUILLAUMOU, J.; MALDIDIER, Denise. **Efeitos do arquivo.** A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso.* 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997

JAEGER, Angelita Alice; JACQUES, Karine. Masculinidades e docência na educação infantil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 545-570, maio 2017. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas.** *Educação em Revista*. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007. Disponível em: www.scielo.br/. Acesso em: 23 out. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista.** 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa:** Abordagem teórico-prático. 18. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2016.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2002.

REVEL, Judith. **Michel Foucault:** conceitos essenciais. Tradução: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; PARREIRA, Fátima Lúcia Dezopa; LISSI, Cristian Bianchi. **Sexualidade e religião:** reflexões que cabem à educação escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org). Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUSA, Maria Goreti da Silva.; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. **A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores.** *Horizontes*, v. 33, n.2, p. 149-158, jul./dez. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/cleuz/Downloads/. Acesso em: 24 out. 2018.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Matriz Curricular 2008.1.** Mossoró, RN: 2008. Disponível em: < <http://www.uern.br/>. Acesso em: 23 jan. 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Programa Geral do Componente Curricular.** Disponível em: <http://www.uern.br>. Acesso em: 27 dez. 2018.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.** Mossoró, RN: 2012. 196 p. Disponível em: <http://www.uern.br/>. Acesso em: 27 dez. 2018.

Recebido em agosto de 2020.

Aprovado em setembro de 2020.